

10 % dos universitários europeus, com bolsas Erasmus

Segundo as estatísticas do programa Erasmus, cerca de 270 000 estudantes europeus – um novo recorde – beneficiaram com as bolsas da UE para estudar ou formar-se no estrangeiro no ano letivo de 2012/13. Aumentou também o número – um em cada cinco – dos que optam por fazer estágios nas empresas, em vez de irem frequentar cursos universitários.

Os três destinos mais populares foram Espanha, Alemanha e França. Os países que enviaram maior número de bolseiros em relação à sua população universitária, foram Luxemburgo, Liechtenstein, Finlândia, Letónia e Espanha. O tempo médio da estadia no estrangeiro é de seis meses.

As quatro universidades europeias que mais estudantes receberam são espanholas: Granada, Valência, Sevilha e a Complutense de Madrid, embora nenhuma delas apareça nas classificações internacionais consideradas de excelência.

As bolsas Erasmus cobrem muito parcialmente as viagens e as despesas de residência no estrangeiro; corresponderam a uma média de 272 euros por mês: um aumento de 9 % relativamente ao ano anterior. Nalguns países, a bolsa é complementada com fundos nacionais, regionais ou institucionais.

O Erasmus não se trata apenas de um programa de intercâmbio de estudantes: no ano letivo de 2012/13, mais de 52 600 pessoas, membros do pessoal docente e administrativo, receberam financiamento para ensinar ou formar-se no estrangeiro. Além do benefício pessoal dos interessados, constitui uma ajuda para conseguir vir a melhorar a qualidade do ensino na instituição de origem.

Durante sete anos (2014-2020), o programa Erasmus+ proporcionará ajudas a quatro milhões de pessoas. O seu orçamento total aproxima-se dos 15 000 milhões de euros para esse período, 40 % mais do que no anterior. O objetivo europeu em matéria de mobilidade é que em finais da década, tenham beneficiado com ela, no mínimo, 20 % dos estudantes. Atualmente, são cerca de 10 %.

(Fonte: Comissão Europeia)

Reformar os serviços públicos em tempos de austeridade

A Confederação da Indústria Britânica (CBI) publicou um relatório com propostas para melhorar os serviços públicos da Grã-Bretanha. Embora pensadas para esse país, também poderiam aplicar-se noutros. O relatório baseia-se na ideia de que não é preciso aumentar a despesa do Estado para conseguir serviços públicos que satisfaçam as necessidades das pessoas.

A CBI é a maior organização patronal do país: representa mais de 250 000 empresas britânicas. O relatório intitulado “Our future public services: a challenge for us all”, tem uma clara orientação pragmática: pretende servir de guia ao governo que venha a ser eleito nas próximas eleições gerais deste ano, seja de que cor política for.

Apesar dos cortes da despesa pública empreendidos pelo governo conservador-liberal de David Cameron, a Grã-Bretanha ainda está longe de reduzir o défice: “Precisamos de poupar mais 77 000 milhões para pôr em ordem as contas públicas. Isso equivale a 1 200 libras por cidadão”, explica na “New Statesman” (“The future of public services in the 21st century”, 31.10.2014) Katja Hall, diretora-geral da CBI. Ora, acrescenta Hall, a necessidade de equilibrar o orçamento pode ser “uma oportunidade para repensar a sério o fornecimento de serviços públicos e para o tornar mais sustentável”.

A proposta mais importante do relatório é que o governo atue de acordo com uma “nova regra orçamental”, que o impeça de gastar mais do que arrecada. Justamente o contrário do que aconteceu em 18 dos 21 anos decorridos entre 1993 e 2014. Outro limite é que a despesa pública não ultrapasse os 38 % do PIB. Esta disciplina de austeridade seria compensada por uma série de medidas de baixo custo que, a longo prazo, poupariam tempo aos cidadãos e dinheiro ao Estado.

Potenciar a disponibilidade dos serviços públicos *online* é uma forma barata de melhorar o grau de satisfação dos utentes. O Government Digital Service, criado no governo de Cameron, já agiliza uma série de trâmites: renovar o passaporte; conceder uma procuração a um advogado; consultar o saldo de pontos dos condutores; solicitar uma bolsa de estudo.

Mas aquilo que propõe o relatório é alargar a digitalização a mais serviços: receitas médicas descarregáveis no *smartphone*; pedido de consultas ao médico de família e

mesmo consultas através da Internet para alguns assuntos; informação *online* sobre todas as escolas da zona (satisfação dos alunos, ligações de transporte...); simplificar os processos e trâmites administrativos.

Outra proposta na linha de melhorar a eficácia, é a unificação de serviços na mesma sede, sempre que possível. O relatório também recomenda os contratos de colaboração com empresas privadas e do terceiro setor no fornecimento de serviços públicos.

A reforma dos serviços públicos não pode ser feita somente com cortes na área económica. Faz falta, além disso, insistir no que ganham os cidadãos com a transformação. “Durante muito tempo”, afirma o relatório, “os serviços públicos estenderam-se na base de estruturas existentes. Temos de os rever para ajustá-los às necessidades da sociedade do futuro”.

A CBI recorda que quando foi criado o Serviço Nacional de Saúde (NHS), em 1948, os cuidados com os idosos não eram uma prioridade para a saúde pública: a esperança de vida dos britânicos (60 anos para os homens e 63 para as mulheres) era muito mais baixa do que agora. Na altura, havia outras prioridades, como as epidemias ou as doenças infecciosas, o que justificou que a forma de atendimento mais utilizada pelo NHS fosse a dos grandes hospitais gerais.

Mas hoje as prioridades são outras: o envelhecimento da população e o aumento de doentes com enfermidades crónicas, como a diabetes, exigem alterar o modelo de cuidados. Concretamente, o relatório recomenda integrar o atendimento sanitário e social às pessoas idosas de modo a receberem cada vez mais cuidados nos seus domicílios ou em residências.

Igualmente se tem de pensar o modo de proporcionar o atendimento primário. Segundo estimativas da Universidade de Aberdeen, tratar na farmácia doenças menores como a tosse ou o resfriado, pouparia ao NHS mais de mil milhões de libras por ano.

No caso de doentes crónicos, o relatório propõe fazer em casa certos tratamentos especiais como a diálise. O acompanhamento de pacientes através da teleassistência e outros serviços de comunicação também serviria para descongestionar os hospitais.

Dado que os contribuintes são quem paga os serviços públicos, o relatório propõe abrir um debate nacional onde se discuta “a que serviços se deve dar prioridade, o que podemos permitir-nos ter e como se podem prestar melhor”.

O debate poderia ser moderado por uma comissão formada por membros de todos os partidos e com uma ampla representação dos cidadãos. Algo parecido se fez já com a Comissão para as Pensões, criada em 2002 para estudar um plano nacional de poupança com alternativas à reforma antecipada.

Uma tarefa fundamental da nova comissão seria potenciar a transparência no fornecimento de serviços públicos, para que as pessoas possam conferir com dados reais, quem presta o melhor serviço ao preço mais razoável. Por exemplo, na saúde, informação sobre listas de espera, número de doentes atendidos.

A gravidez não é uma doença

Nos Estados Unidos, o Departamento da Justiça e o Departamento da Habitação e do Desenvolvimento Urbano estão a investigar vários casos de discriminação contra mulheres às quais foram negados empréstimos hipotecários depois de terem engravidado. Mas este esforço da Administração Obama para garantir a igualdade de tratamento, perde força em face da ideia de gravidez que tem o Departamento da Saúde e dos Serviços Humanos: se os seguros de saúde consideram a gravidez como uma doença, que impede um prestamista de a encarar como circunstância onerosa?

O FirstBank Mortgage Partners tinha acordado fazer um empréstimo hipotecário a um casal para a sua nova casa da Virgínia. Tudo estava pronto para a transferência. Mas ao aperceber-se a empresa de que a mulher estava grávida, decidiu negar-lhe o empréstimo.

O casal, pais de dois filhos, apresentou uma queixa por discriminação no Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD, nas suas siglas em inglês). O acordo de conciliação foi resolvido a favor da família, e o banco tem de pagar uma multa de 35 000 dólares.

A Administração Obama levou muito a sério este tipo de denúncias. O “The Washington Post” (“Pregnancy a disability? HUD finds mortgage lenders deny loans to new, expectant moms”, 16.9.2014) conta que o HUD e o Departamento da Justiça multaram vários bancos e seguradoras, como o Bank of America, o PNC Mortgage, o Cornerstone Mortgage ou a MGIC.

Os 173 casos investigados desde 2010 seguem um padrão muito parecido: “Mal os prestamistas ouvem a palavra ‘gravidez’ ou ‘baixa por maternidade’, avançam para a recusa”, diz Bryan Greene, secretário-geral do HUD. “E embora muitas mulheres tenham pensado regressar ao trabalho, os prestamistas não lhes perguntam nada; presumem que não voltarão”.

Os Alvanos são outro casal a quem o HUD deu razão. Estavam em vias de ter o seu primeiro filho, e o Greenlight Financial Services deixou-os de rastos. “Limitaram-se a dizer

que [a gravidez] é um tipo de deficiência. (...) Basicamente estavam a dizer-nos que a minha mulher e o meu filho não nascido eram um entrave”.

A estas denúncias deve acrescentar-se as que surgem no âmbito laboral. Em 2006, a Comissão para a Igualdade de Oportunidades no Emprego dos EUA recebeu quase 5 000 queixas por discriminação devido a gravidez; 30 % mais do que uma década antes. Em 2010, houve mais de 6 000 queixas por este motivo.

Estes casos de discriminação mereceram a atenção de dois ministérios do governo de Obama. Mas a lógica dos prestamistas não é muito diferente da utilizada pelo Departamento da Saúde e Serviços Humanos para justificar o “mandato anticoncepcional”, a norma que obriga as empresas a financiar um seguro de saúde com anticoncepcionais, pílula do dia seguinte e esterilização.

Antes de o Supremo Tribunal ter reconhecido em julho passado que a liberdade religiosa prevalece sobre o interesse do governo em promover o acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais, os bispos dos EUA souberam ver que não havia algo como um anticoncepcional “gratuito”: no final, um terceiro – a empresa ou a sua seguradora – acabava obrigado a pagar a radical agenda antinatalista do governo.

Os bispos opuseram-se também a esses métodos entrarem na categoria de “serviços preventivos” dos seguros, pois a gravidez não é uma doença a evitar. “Incluir a anticonceção dentro da ‘cobertura sanitária básica’”, explicaram, “implica tratar a fertilidade da mulher como um aspeto negativo da sua feminidade”.

Enquanto o governo dos EUA continua a promover esta visão negativa da maternidade, vai ser-lhe difícil convencer outros de que as gravidezes não são um entrave para os seus negócios. Os prestamistas poderão sempre criticar o governo, dizendo que o seu interesse em promover a agenda *pro-choice* não é mais legítimo do que o interesse daqueles nos seus próprios lucros.

Também neste aspeto se vê que a lógica pró-vida é mais igualitária. Em vez de reduzir a “agenda das mulheres” ao aborto e à contraceção, defende que se retirem os obstáculos à maternidade nos diversos âmbitos da vida social: primeiro, oferecendo apoio às mulheres que desejam ser mães após uma gravidez imprevista; e depois, combatendo – através de uma agenda de preocupações muito mais ampla – as desigualdades derivadas do facto de ser mulher e mãe.

J.M.

“Emociones políticas”

“Political Emotions”

Autora: Martha C. Nussbaum

Paidós. Barcelona (2014)

555 págs.

Tradução (castelhano): Albino Santos Mosquera

Martha Nussbaum (Nova Iorque, 1947) é uma das pensadoras mais reconhecidas e discutidas atualmente. Galardoada com o Prémio Príncipe das Astúrias de Ciências Sociais em 2012, quase todas as suas publicações foram traduzidas para castelhano. Se quem ler este texto não está familiarizado com o seu pensamento, este livro constitui uma excelente aproximação. A extensão do texto pode tornar-se inicialmente dissuasiva mas, quando se começa a ler, é difícil abandoná-la por várias razões. O tom é acessível para um público não especializado em filosofia, mas que se interroga sobre a justiça do mundo de hoje; os temas que aborda são atuais e de interesse geral; as suas propostas poderão ser partilhadas em maior ou menor grau, mas não deixam ninguém indiferente, porque são um convite ao pensamento e ao diálogo; as constantes referências literárias e artísticas ilustram as ideias expostas e amenizam a leitura.

Toda a trajetória intelectual de Nussbaum é inspirada pela busca de uma sociedade justa. Para isso, parte sempre dos princípios da obra de John Rawls “Uma Teoria da Justiça” (1971), mas com a pretensão de ir mais longe. Por um lado, procura dotar de maior conteúdo o conceito de justiça de Rawls com o enfoque das capacidades humanas, que tanto ela como Amartya Sen desenvolveram, e que apresenta interessantes semelhanças com a teoria dos bens humanos básicos de John Finnis.

Por outro, Nussbaum desenvolve a reflexão sobre a importância das emoções para construir sociedades justas, que em Rawls era apenas apontada. Junto com estas duas propostas – o enfoque das capacidades e a transcendência política das emoções -, o terceiro eixo da obra de Nussbaum é a educação e, concretamente, a importância das humanidades para educar pessoas formadas e críticas. Embora em “Emociones políticas” o tema central seja o das emoções, os outros dois aparecem entrelaçados: a justiça de uma sociedade necessita de se apoiar em emoções públicas corretas e essas emoções são promovidas através da educação.

Nussbaum sublinha, desde a própria introdução e ao longo de todo o livro, a dificuldade de conciliar as aspirações de uma sociedade liberal – na qual as pessoas não sofrem coação alguma da parte do Estado a respeito das suas crenças e opiniões – e o ideal de promover emoções sociais fortes, que levem os cidadãos a transcender o seu interesse particular e a esforçar-se pelo bem comum. Rousseau pensava que o

Estado devia suscitar esses “sentimentos de sociabilidade”, mas fazia-o à custa da liquidação das liberdades individuais. Kant, que não estava disposto a aceitar esses cortes, resigna-se a aceitar que a capacidade do Estado para promover essas emoções é muito limitada. Nussbaum apresenta uma alternativa: o Estado deve garantir os direitos individuais e, ao mesmo tempo, promover as emoções que dão estabilidade a sociedades decentes.

Para Nussbaum, as emoções têm sempre uma dimensão valorativa: podem ser orientadas para a liberdade e a igualdade, ou para a exclusão, a violência e a manutenção dos privilégios. A terceira e última parte do livro centra-se em desvendar a importância e a dificuldade de gerir essas emoções tão essenciais na vida das pessoas e no futuro das sociedades – como são o amor, a compaixão, o medo ou a vergonha – de modo a conseguir que sirvam para construir sociedades justas.

V. B. C.

